

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.437 - SP (2019/0286856-4)**

**RELATOR** : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**AGRAVANTE** : JOSE VIEIRA DAS GRACAS (PRESO)  
**ADVOGADOS** : PATRÍCIA LUCÍOLA DIAS DE MORAIS - DEFENSORA  
PÚBLICA - SP205731  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO REFUTA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **JOSÉ VIEIRA DAS GRAÇAS** contra decisão proferida pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que inadmitiu recurso especial fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional.

O MM. Juízo de 1º Grau **condenou** o ora recorrente pela prática do delito previsto no art. 155, **caput**, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, à pena de **6 (seis) meses e 5 (cinco) dias de reclusão**, no regime inicial **aberto**, mais 5 dias-multa. **Não** houve substituição por penas restritivas de direitos (fls. 321-326).

O eg. Tribunal de origem, em decisão unânime, deu provimento ao recurso de **apelação criminal** ali interposto pelo **Parquet**, mas negou provimento ao recurso da Defesa (fls. 402-412). Eis a ementa do acórdão:

*"Furto - Princípio da insignificância - Reconhecimento - Impossibilidade - Crime impossível - Delito praticado sob vigilância de funcionários do supermercado - Ineficácia relativa do meio empregado - Não caracterização;*

*Furto - Fuga do local com a res furtiva Prisão graças à eficiente atuação dos seguranças que o abordaram no estacionamento da loja Inversão da posse do bem, ainda que por pouco tempo - Consumação - Ocorrência - Precedentes jurisprudenciais;*

*Furto - Aumento da pena base - Réu portador de*

*maus antecedentes - Possibilidade - Compensação da reincidência com confissão - Cabimento - Regime prisional semiaberto - Cabimento - Recurso do Ministério Público provido em parte com a rejeição daquele apresentado pela Defesa"*

Opostos **embargos de declaração**, pela combativa Defesa (fls. 421-423), foram eles rejeitados, à unanimidade de votos (fls. 433-437). Confirma-se a ementa do acórdão:

*"Embargos de declaração -Acórdão que analisou as questões colocadas nos autos - Pretensão de mero prequestionamento da matéria - Contradição e obscuridade - Não caracterização - Natureza infringente do pedido - Embargos rejeitados."*

Sobreveio **recurso especial**, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, no qual se alega violação ao art. 64, e 14, inciso II, ambos do Código Penal, e ao art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal (fls. 446-450).

Apresentadas as **contrarrazões** (fls. 454-478), o especial foi **inadmitido** na origem pela incidência das **Súmulas n. 7, 83 e 182, todas do STJ** (fls. 481-484).

Daí o presente **agravo**, no qual o agravante, em apertada síntese, repisa os argumentos expendidos no apelo nobre (fls. 490-494).

O Ministério Público Federal, em seu d. parecer, manifestou-se pelo **não conhecimento** do agravo (fls. 523-525). Eis a ementa do parecer:

**"ARESP. FURTO. CONSUMAÇÃO. MOMENTO. PENA-BASE. MAUS ANTECEDENTES. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO DO STJ. SÚMULA 83/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ.**  
**- Súmula nº 182/STJ: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." - Parecer pelo não conhecimento do agravo."**

É o relatório.

**Decido.**

O agravo **não** merece ser conhecido.

Conforme mencionado, o especial foi inadmitido na origem pela incidência das **Súmulas n. 7, 83 e 182, todas do STJ** (fls. 481-484).

Neste agravo, contudo, a Defesa, resumidamente, limitou-se a reiterar os argumentos expendidos no apelo nobre. Com efeito, o agravante deixou de infirmar, **de maneira adequada e suficiente**, todas as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, quais sejam, o **primeiro** e o **segundo fundamentos**, relativos à incidência das **Súmula n. 7 e 83, ambas do STJ**.

Limitou-se o recorrente a mencionar, resumidamente, que: *"não há que se falar em simples reexame de prova, o que sabiamente não é permitido pelas Cortes Superiores, mas sim uma consideração destes elementos fáticos à luz da legislação federal"* (fl. 492).

Não trouxe o recorrente, **contudo**, fundamentos válidos a demonstrar a não aplicação dos referidos verbetes sumulares.

No que concerne à incidência da **Súmula n. 7/STJ**, sequer apontou no acórdão reprochado trechos nos quais restasse demonstrado que a análise do recurso não demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos.

De igual modo, no que diz respeito à aplicação da **Súmula n. 83/STJ**, nada foi dito pelo recorrente, em seu agravo. Com efeito, não trouxe nenhum precedente em sentido contrário ao que mencionado pelo eg. Tribunal de origem, quando da inadmissão do apelo nobre.

Conforme ressaltado pelo ilustre representante do Ministério Público Federal, em seu d. **parecer**: *"A irresignação no agravo em recurso especial deve ser total, objetiva e pormenorizada, além de indicar as razões pelas quais a decisão deva merecer a reforma; constitui ônus da parte impugnar todos os fundamentos da decisão agravada, autônomos ou não"* (fl.

525).

Desse modo, a ausência de impugnação, **específica e fundamentada**, dos fundamentos empregados pela eg. Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles.

Este é o teor do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil/2015, que autoriza o relator a não conhecer de recurso que tenha deixado de impugnar os fundamentos da decisão recorrida.

Além do mais, o art. 253, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, com redação dada pela Emenda Regimental n. 22/2016, autoriza o relator a não conhecer do agravo que descumpra a tarefa de infirmar as razões de decidir que levaram ao trancamento do recurso especial.

Ilustrativamente:

*"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.*

*2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).*

Conforme entendimento assentado nesta Corte, *"deve a parte recorrente impugnar, de maneira específica e pormenorizada, todos os fundamentos da decisão contra a qual se insurge, não bastando a formulação de alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado impugnado ou mesmo a insistência no mérito da controvérsia"* (AgRg no AREsp n. 705.564/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de

# *Superior Tribunal de Justiça*

25/8/2015).

Portanto, em respeito ao princípio da dialeticidade, a impugnação à decisão deve ser clara e suficiente a demonstrar o equívoco na sua negativa em todos os pontos indicados pela decisão que negou trânsito ao recurso.

Diante do exposto, **não conheço** do agravo nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator